

Câmara fará consulta popular sobre lei seca

Érica Montenegro e
Tina Vieira
Da equipe do **Correio**

Em 1920, o Congresso Americano decidiu proibir a venda e o consumo de bebidas alcoólicas como forma de combater a criminalidade. A Lei Seca americana durou treze anos e, em vez de combater, foi fundamental para fortalecer o crime organizado. Os velhos *saloons* fecharam as portas e em seus lugares surgiram mais de 500 mil bares clandestinos.

O governador Joaquim Roriz decidiu seguir a receita, mas espera que os efeitos sejam outros. Ontem, chegou à Câmara Legislativa o projeto do GDF que estabelece horários para o funcionamento de bares no Distrito Federal. Pela Lei Seca de Roriz, de segunda a quinta-feira casas que vendem bebidas podem ficar abertas apenas até às dez da noite. No final de semana, serão obrigados a fechar as portas à meia-noite. "Com este projeto, quero ter o poder de definir o horário de fechamento dos bares em cada cidade", explica o governador.

A proposta não é inédita. Atualmente, nos Estados Unidos, para beber é preciso ter mais de vinte e um anos. Na Inglaterra, bebidas alcoólicas só são vendidas até às 23 horas. Na Suécia, bares e lojas especializadas não vendem bebidas para alcoólatras nem a ex-condenados da justiça.

Na próxima semana, o projeto será discutido numa audiência pública. Desde já a idéia tem o apoio de deputados governistas e de oposição. "A idéia é excelente, mas é importante ouvir a comunidade", informa o presidente da Câmara, deputado Edimar Pireneus (PMDB). "A experiência mostra que estas medidas são inócuas. Mas toda idéia para reduzir o consumo de álcool é excelente", afirma o deputado Wasny de Roure (PT).

Se for aprovada, a Lei Seca começa a valer imediatamente em Brazlândia, Santa Maria, Samambaia, São Sebastião e Recanto das Emas. Segundo o governador, estas cidades foram escolhidas porque são consideradas as mais violentas do DF. Mas a assessoria de Roriz garante que a medida será estendida a todo o Distrito Federal.

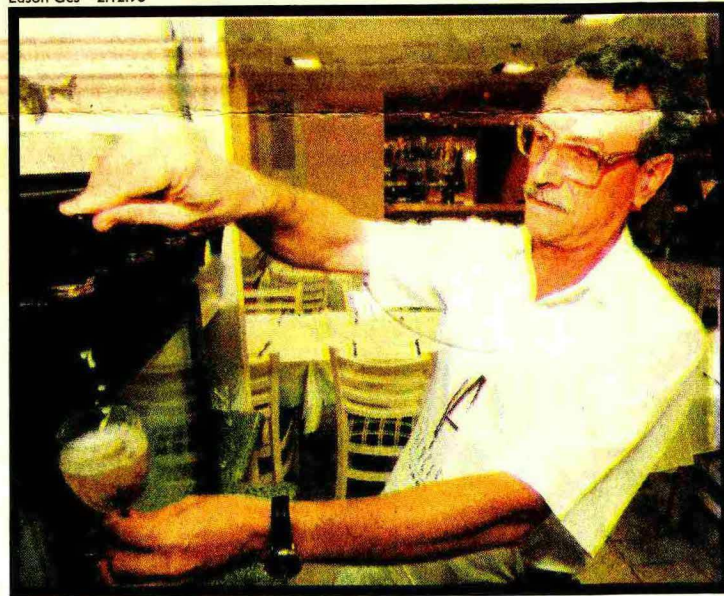
O bar que não cumprir a nova lei será interdito por três dias. Em caso de reincidência, o alvará de funcionamento será cassado e o bar fechado definitivamente. O cumprimento

Carlos Moura



RORIZ BRINDA DEPOIS DE ASSINAR CONVÊNIO EM ÁGUAS CLARAS. GOVERNADOR QUER CONTROLAR O CONSUMO DE BEBIDA

Edson Gês 2.12.98



FRANCISCO ANSILIERO: "MAIS UMA IDÉIA TRESLOUCADA DESTE GOVERNO"

to da lei será da responsabilidade das polícias civil, militar e dos fiscais das administrações regionais.

"Esta lei só vai servir para prejudicar quem trabalha e paga os impostos", afirma Wilson Bento Souza, dono do Bar do Índio, em Brazlândia. "O problema da segurança é outro. Eles vão proibir a gente de vender bebida, mas os vagabundos vão continuar se drogando e cometendo atos de violência", acredita.

"O projeto do governador é inconstitucional, arbitrário e discriminatório", critica César Gonçalves, presidente do Sindicato de Hotéis, Bares, Restau-

rantes e Similares do DF. "Na verdade, é um toque de recolher de forma branda, sitiando as pessoas dentro de casa, usando a segurança como desculpa", completa. Segundo Gonçalves, se a lei for aprovada, três mil bares devem fechar em seis meses. Isto representaria mais 20 mil desempregados.

O dono da rede de restaurantes Dom Francisco, que tem quatro estabelecimentos em Brasília, compartilha da mesma opinião. "É mais uma medida tresloucada deste governo", afirma Francisco Ansiliero. "O problema básico da segurança é a falta de empregos e de policiamento",

garante.

A relação entre álcool e violência, de fato, existe. Segundo dados do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 30% dos crimes do Brasil são cometidos por pessoas embriagadas. A polícia do Distrito Federal estima, sem apresentar dados, que a embriaguez é responsável por 90% dos crimes, que além de homicídios e assaltos, incluem acidentes de trânsito, seqüestros e estupros.

O pesquisador Guaracy Minguardi, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, a Lei Seca não é solução para combater a violência. "Um trabalho mais rígido de apreensão de armas é muito mais eficiente do que simplesmente fechar bares", avalia Minguardi.

A proposta de Roriz não provocará nenhuma grande mudança nos hábitos de Brazlândia, Santa Maria, Samambaia e São Sebastião, onde já existe um toque de recolher determinado pelas administrações regionais.

Em Brazlândia, em um ano, o número de assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes caiu de 19,4 para 13,2. "Não é uma solução definitiva para o problema da violência, mas, pelo menos melhorou", afirma o presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Brazlândia, João Miguel Milanês.